

**Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)**

**XXII ENACED – II SIEPEC**

**Eixo Temático:** Educação e Desigualdade

**(DES)IGUALDADE EDUCACIONAL DURANTE A OFERTA DO ENSINO REMOTO  
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Lizandra Karine Mota<sup>1</sup>  
Cristiane Rodrigues Thiel Silva<sup>2</sup>  
Jucelia Freitas da Silva<sup>3</sup>  
Laura Brandalise Borges<sup>4</sup>  
Marcos Antônio Ribas de Neira<sup>5</sup>

**RESUMO**

O presente texto teve como objetivo analisar como a oferta do ensino remoto agravou a desigualdade educacional na educação básica no contexto pandêmico. Dessa forma, o texto resulta das leituras referentes a desigualdade educacional e sobre o Ensino Remoto, modalidade esta que foi utilizada de caráter emergencial durante a Pandemia do Covid-19. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com caráter qualitativo, nos ajudaram nas reflexões teóricas: Brandão, Arroyo, Alves, entre outros autores que tratam da temática em questão. Na atualidade, é importante analisar a questão das desigualdades educacionais que vem acontecendo e tornou-se mais agravante no período pandêmico.

**Palavras-chave:** Educação. Ensino Remoto. Desigualdade educacional.

**INTRODUÇÃO**

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a

---

<sup>1</sup> Mestranda do curso Mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Rondonópolis, UFR/ Mato Grosso, Brasil. E-mail: lizandramota@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda do curso Mestrado em Educação, pela Universidade Federal de Rondonópolis, UFR/ Mato Grosso, Brasil. E-mail: crys.thiel@outlook.com.

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, Professora da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso – SECUT/MT. E-mail: freitasjunt@hotmail.com

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço, Professora da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso – SECUT/MT. E-mail: laura\_brandalise@hotmail.com

<sup>5</sup> Graduado em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Professor interino da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso – SEDUC/MT. E-mail: ribasneira@gmail.com.

dimensão sobre a pandemia que a nação mundial iria enfrentar. Os meios de comunicação transmitiram uma explosão de informações sobre a doença e a única medida viável naquele momento era aderir aos protocolos sanitários e recomendações da OMS para a não disseminação do vírus sendo: o distanciamento social a principal medida adotada.

Algumas famílias não fizeram questão, se quer atentaram sobre a questão educacional, para elas, naquele momento era importante priorizar e garantir a sobrevivência, devido ao isolamento social foi possível perceber de forma assimétrica as lacunas de fragilidade e desigualdade educacional que ficaram visíveis principalmente nos que remete aos mais vulneráveis.

Dessa forma, o ano letivo de 2020 foi interrompido devido à crise sanitária da doença do Coronavírus (COVID-19). Depois de discussões acerca do retorno das aulas, cada estado regulamentou os processos de volta às aulas. Nesse sentido, a reorganização do Calendário Escolar para o Ano Letivo de 2020 foi regulamentado por meio de decretos, instruções normativas, portarias entre outros documentos, sendo organizado para um espaço não presencial, no caso o ensino remoto.

Assim, foram pensadas plataformas virtuais para serem implementadas pelas Secretarias de Estado de Educação para a oferta do ensino remoto em todas as redes estaduais de ensino.

Contudo, o estudo torna-se importante por considerar que o momento da oferta do ensino remoto foi delicado, mostrando que o sistema educacional brasileiro apresentou evidente desvantagens dos grupos de maior vulnerabilidade, sendo deixado à margem os estudantes que fazem parte das classes menos favorecidas.

## **A EDUCAÇÃO E O ENSINO REMOTO – DISTANCIAMENTO ENTRE IGUALDADE DE ENSINO**

Partindo do pressuposto que a educação é um direito garantido na Constituição Federal de 1988, como “um direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988), considerada como um processo essencial para a formação cidadã dos indivíduos que dela fazem parte, sendo “conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando”

(BRANDÃO, 1989, p. 28). Nas palavras de Brandão (1989), a educação é “uma atividade criadora, que visa levar o ser humano a realizar as suas potencialidades físicas, morais, espirituais e intelectuais” (BRANDÃO, 1989, p. 28)

Porém, o que percebemos ao longo da história que esse direito tem sido de poucos, apenas de uma elite dominante, o que faz com que ao longo do tempo, surja a ideia que a educação “deve servir a alguns homens individualmente, desvinculada da ideia de que eles existem dentro de grupos ou mundos sociais, e a seu serviço” (BRANDÃO, 1989, p. 30).

Assim, percebe-se que desde os primórdios há a desigualdade ao acesso à educação. Na atualidade, Arroyo (2018) aponta que “desde a empreitada colonizadora carrega essa pesada função social: libertar os povos originários, os escravizados da condição de desiguais em valores, culturas, racionalidades, crenças” (ARROYO, 2018, p. 1105), Além disso, o autor corrobora com a ideia de que “libertá-los da condição de desiguais em humanidade com que foram classificados no padrão de poder, saber, ser colonial, que o capitalismo universalizou” (ARROYO, 2018, p. 1105), esses grupos foram mais excluídos durante a Pandemia do Covid-19.

Dessa forma, o pesquisador coloca que “as desigualdades educacionais produzem e reproduzem as nossas desigualdades de origem” (ARROYO, 2018, p. 1105), independente da classe social, raça ou credo, o que nos priva da exercer a nossa cidadania enquanto sujeitos de direitos, principalmente quando se trata de educação escolar, passamos a aceitar qualquer forma como sendo de qualidade.

A respeito disso, Arroyo (2018) nos mostra que os grupos menos favorecidos - indígenas, negros, trabalhadores empobrecidos dos campos, das periferias - “continuam à margem da igualdade cidadã, democrática, social porque não aprenderam esses saberes, valores”, ou seja, não tiveram oportunidades e condições para aprender. O pesquisador ainda coloca que “persistem como desiguais na sociedade porque persistem sem a racionalidade, sem os saberes, sobretudo sem os valores que os tornariam em igualdade de condições de disputar a igualdade social” (ARROYO, 2018, p. 1106).

Dessa forma, ao mencionarmos a Pandemia do Covid-19, a desigualdade social e educacional tem sido agravada, atingindo estudantes negros, pobres, indígenas e regiões afastadas, tudo isso movido pela a implementação do ensino remoto no sistema de ensino

público brasileiro.

No contexto pandêmico, o ensino remoto tem sido uma das alternativas para atendimento educacional de emergência no período do pico de contaminação do vírus. Ao analisarmos a etimologia da palavra remoto percebemos que ela deriva do latim "remotus,a,um", e significa afastamento ou longe, o que coincide com o momento educacional ofertado na época.

O termo “remoto” significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico. Assim, o ensino é considerado remoto porque os professores e alunos estiveram impedidos por decretos de frequentarem instituições educacionais para evitar a disseminação do vírus, sendo adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro para que as atividades escolares não fossem interrompidas.

Desse modo, no ensino remoto o conteúdo é produzido e disponibilizado virtualmente, que é acompanhado em tempo real pelo professor que leciona aquela disciplina, sempre seguindo cronogramas adaptáveis do ensino tradicional. Como apontado por Alves (2020), no ensino remoto as “práticas pedagógicas são mediadas por plataformas digitais, como aplicativos com os conteúdos, tarefas, notificações e/ou plataformas síncronas e assíncronas como o *Teams (Microsoft)*, *Google Classroom*, *Google Meet*, *Zoom* [...]” (ALVES, 2020, p. 352).

Ao se tratar da prática docente, Alves (2020) menciona que no ensino remoto “predomina uma adaptação temporária das metodologias utilizadas no regime presencial, com as aulas, sendo realizadas nos mesmos horários e com os professores responsáveis pelas disciplinas dos cursos presenciais” (ALVES, 2020, 358).

Dessa forma, o direito à escola e de qualidade estaria sendo garantido diante da emergência causada pelo vírus, porém, de acordo Arroyo (2018, p, 1103) “os Outros foram e continuam segregados”, porque as famílias que não tinham condições financeiras em manter uma internet de qualidade e um aparelho tecnológico para acompanhar os estudos de forma remota continuaram segregados pelo sistema.

Assim, a questão social e educacional para os estudantes que não tiveram condições financeira favoráveis, as marcas do capitalismo deram maior visibilidade e a ideia que a escola é justa, que acolhe todas as classes independente do sexo, religião ou condição social

ficou explícito na trágica manifestação invisível do vírus.

Nas reflexões de Brandão (1989, p. 4), “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Nesse contexto, o ensino remoto trouxe em cena que os grupos sociais foram segregados e o direito de educação que deveria exercer a igualdade e respeito da sua diversidade foi recolocado em outros moldes no sistema educacional de forma desigual.

Contudo, a Educação não está pautada num modelo independente do mundo que está inserida, ela sempre será consolidada. Dessa forma, torna-se necessário refletir o papel que a educação exerce no meio social. Uma vez que, cada vez mais a teia da globalização expande e o mercado de trabalho passa ser algo que deve ser tratado como prioridade para a sociedade.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo analisar como a oferta do ensino remoto agravou a desigualdade educacional na educação básica no contexto pandêmico. Para este estudo foi utilizado o método da pesquisa bibliográfica e documental, que nas palavras de Gil (2002, p. 44) “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Já a pesquisa documental é tratada por Gil (2002, p. 45) como aquela que “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”.

Os dados foram coletados a partir do documento TIC Domicílios - Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros, organizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil com dados coletados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2020 e o Plano Pedagógico Estratégico de Atendimento Escolar – PPEAE elaborado pelos coordenadores pedagógicos de uma Escola Estadual de educação básica do município de Juscimeira – MT.

## **DISCUSSÃO/RESULTADOS**

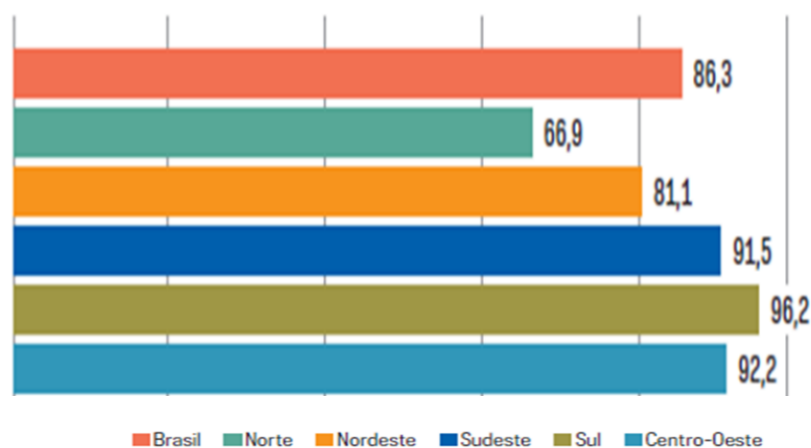
Os dados apresentados a seguir foram coletados a partir dos seguintes documentos: Tic

domicílios: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros 2020, organizado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil e o Plano Pedagógico Estratégico de Atendimento Escolar - PPEAE de uma Escola Estadual situada no município mato-grossense de Juscimeira.

Ao tratar da desigualdade educacional a nível nacional no documento “Tic domicílios são abordados vários fatores que foram essenciais para o escancaramento da desigualdade no contexto educacional, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental.

No gráfico 01, apresentamos um panorama por região brasileira que traz referência à porcentagem dos estudantes que receberam o material apostilado/impresso em suas residências para o processo de ensino/aprendizagem, tendo como base o período de julho a novembro de 2020.

**Gráfico 01:** Total de estudantes (%) - Ensino Fundamental



Fonte: Dados extraídos do IBGE, 2020.

De acordo com os dados apresentados no gráfico percebe-se que a região Norte foi a que menos atendeu alunos no período mencionado, seguido da Região Nordeste e Sudeste. Ao analisarmos esses dados podemos inferir sobre a distribuição de renda no caso das regiões Sudeste e Nordeste e no caso da Região Norte a acessibilidade aos lugares remotos que a maioria dos estados que compõem apresentam.

Além das dificuldades mencionadas acima, podemos atrelar outras como o acesso às tecnologias que permitem o processo de ensino/aprendizagem, o qual proporcionaram a

realização das atividades educacionais propostas durante o período pandêmico, deixando evidente a apresentação de indícios de desigualdades na oferta da educação através do ensino remoto.

Ao pensarmos na realidade local, trazemos elementos que deram visibilidade dos estudantes que mantiveram o acesso remoto e os que receberam material impresso em uma Escola Estadual localizada a aproximadamente 156 km da capital do estado de Mato Grosso, situado na região do Vale do São Lourenço, no município de Juscimeira-MT. A Instituição Escolar é considerada de médio porte atendendo alunos do Ensino Fundamental anos finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – EJA.

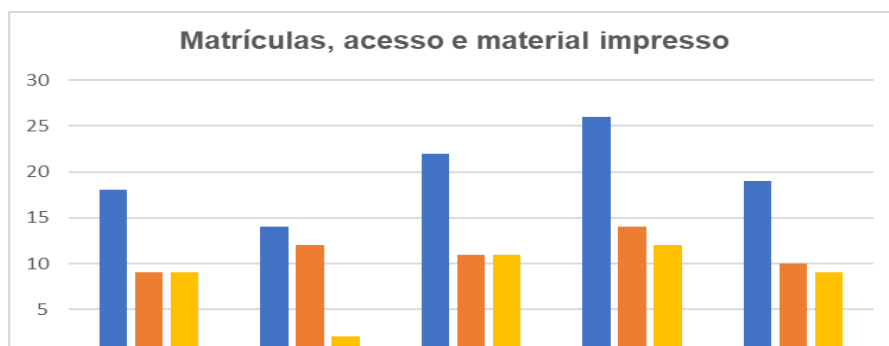
O documento que expõe os dados referente ao levantamento sobre o acesso remoto é o “Plano Pedagógico Estratégico de Atendimento Escolar - PPEAE” versão 2020, que foi elaborado pelos coordenadores pedagógicos atendendo a proposta da Seduc/MT, tinha por objetivo fazer o mapeamento dos alunos que conseguiriam ter acessibilidade ao ensino remoto e os que seria assistido pelo material impresso, além de esboçar a realidade educacional e a proposta pedagógica da escola junto ao corpo docente.

Outro dado relevante que o Plano Pedagógico Estratégico de Atendimento Escolar expõe é o perfil socioeconômico das famílias que na época era diversificado, sendo que uma parte das famílias dos alunos encontravam situadas na faixa de renda mínima, outra parte dependendo de programas sociais do governo.

O gráfico abaixo demonstra o quantitativo das matrículas efetuadas no Ensino Fundamental anos finais no ano de 2020, que corresponderam a um total de 99 alunos e a porcentagem dos estudantes que mencionaram conseguir ter acesso às aulas remotas e os que retiraram material impresso durante a oferta de ensino remoto por turmas.

Ao tratar das turmas do Ensino Fundamental anos finais, o gráfico 02 apresenta as informações relativas ao quantitativo de alunos por turma que participaram das aulas remotas e do material impresso, como apresentado a seguir:

**Gráfico 02:** Matrículas, acesso e material impresso.



Fonte: Elaborado pelos autores, (2022).

Ao analisarmos o gráfico acima, podemos notar que nas cinco turmas que compuseram os anos finais do Ensino Fundamental no ano de 2020, percebe-se que uma parte dos alunos aderiram ao ensino remoto, sendo quase a mesma proporção dos alunos que optaram pelo material impresso, nas turmas do sétimo, oitavo e nono anos. Essa diferença deve-se ao fato da distribuição de renda e as condições de acesso às tecnologias da informação para acessar as aulas. Vale ressaltar que estudantes necessitavam de uma conexão de internet adequada e aparelhos tecnológicos como: celulares, computadores, notebooks, tabletes com capacidade de armazenamento suficientes para a instalação da plataforma *Teams* para o desenvolvimento das aulas.

O ensino remoto como alternativa efetivada devido a questão da emergência sanitária fez com que o Estado cumprisse com a função de ofertar a educação pública, que está garantida na Constituição Estadual no Capítulo II “dos direitos e deveres sociais”, no artigo 13 como sendo um dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à convivência familiar e comunitária, bem como colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e maus tratos (MATO GROSSO, 1989).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve por objetivo analisar como a oferta do ensino remoto agravou a desigualdade educacional na educação básica no contexto pandêmico, a partir da análise de documentos que mapearam o processo de oferta do Ensino Remoto na rede pública estadual. Nesse sentido, como apresentado na pesquisa, o ensino remoto foi a alternativa que as Secretarias de Educação regulamentaram para a oferta das aulas durante o período pandêmico



garantindo o direito à educação diante da situação de urgência causada pelo Coronavírus.

Assim, podemos inferir que as desigualdades sociais e educacionais no contexto da Pandemia ficaram visíveis por conta de vários fatores que são considerados desde muito tempo: como a questão socioeconômica das famílias, a localidade que o aluno vive, pois, o ensino remoto requereu dos alunos acesso à internet de qualidade, *smartphones*, *notbooks*, *tablets*, que suportassem os aplicativos utilizados no processo de ensino aprendizagem e um local adequado para que pudessem assistir e interagir durante as aulas.

Considerando que o Brasil possui dimensão continental e o perfil de renda está distribuído de forma irregular, fizeram com que o direito à educação de qualidade não atingisse todos os estudantes do território nacional, as políticas foram pensadas de forma a não inserir todos no processo educativo.

Concluindo, é importante fazermos uma reflexão e atermos para outras investigações: e os estudantes que não tinham poder aquisitivo para adquirir um dispositivo tecnológico? Como as escolas avaliaram esse público atendido pela oferta de material apostilado? Consideramos questões importantes, pois assim poderemos pensar ações que amenizem essa desigualdade educacional no processo de ensino/aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação Remota: entre a Ilusão e a Realidade. Interfaces Científicas - Educação, Aracaju, v.8, n.3, p. 348-365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>. Acesso em 16 de junho de 2020.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Reafirmação das lutas pela educação em uma sociedade desigual? In: Educ. Soc. [online], vol.39, n.145, pp.1098-1117, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/jZgN9bxbKPr8m5SKrNCQr5f/?lang=pt#>. Acesso em 10 de junho de 2022.

BEHAR, Patrícia Alejandra. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-di>

stancia/. Acessado em 18 de junho de 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2020: edição COVID-19. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. -- São Paulo: 2021. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic\\_domicilios\\_2020\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124201233/tic_domicilios_2020_livro_eletronico.pdf). Acesso em 18 de junho de 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed.- São Paulo: Atlas, 2002.